

968 DESTINOS 200
PASSEATA DOS 100 MIL

968 DESTINOS 200
PASSEATA DOS 100 MIL
EVANDRO TEIXEIRA





Preparando a Passeata dos 100 Mil

Vladimir Palmeira

No ano de 1968, nem tudo era luta aberta. Desde o início, houve uma disputa política entre a ditadura e os estudantes, que não se dava nas ruas, mas através da mídia, no intuito de cada lado ganhar o apoio popular. Nesse quadro, houve a tentativa de uma parte da Igreja Católica, liderada pelo bispo-auxiliar do Rio de Janeiro Dom Castro Pinto, de propor o diálogo entre estudantes e governo. O governo era o governo, porém, para Dom Castro, os estudantes não podiam ser representados por entidades representativas mas ilegais. Ou seja, tratava-se de neutralizar as lideranças de esquerda do movimento estudantil e atrair a opinião pública para o que seria um entendimento sem os "radicais".

As lideranças estudantis reagiram de forma diversa aos acenos do bispo e do governo. Algumas negaram qualquer possibilidade de diálogo com a ditadura; outras, entre as quais a direção da União Metropolitana de Estudantes (UME), se dispunham a dialogar, embora

duvidassem dos resultados práticos do eventual diálogo. Exigiam, no entanto, que as conversas se dessem entre o governo e as entidades representativas dos estudantes. O governo não topava; Dom Castro Pinto não ouvia. Mas foi essa linha a aprovada em dezenas de assembleias estudantis nas diferentes faculdades do Rio de Janeiro. Criou-se um certo impasse, mas nossa posição ficou clara para a opinião pública: aceitávamos conversar, queríamos resolver os problemas da universidade, enquanto o governo assumia sua própria intolerância.

O Conselho da UNE de dezembro de 1967 tinha dado, seguindo o rumo das resoluções do congresso de Valinhos, uma nova orientação tática para o nosso movimento: enquanto setores mais radicais queriam que o centro tático da luta, como se dizia à época, fosse contra a ditadura militar, o Conselho optou pela luta contra a política educacional do governo. No Rio, isso se traduziu pela decisão de centrar a luta na defesa de mais verbas para as universidades, o que permitiu uma aproximação ainda maior entre os dirigentes e a base. A luta por mais verbas exigia uma relação diferente com autoridades universitárias e o governo, sem prejuízo da luta política contra a ditadura.

Os estudantes saíam às ruas por mais verbas e denunciavam a ditadura. O governo só respondia com repressão. Nesse quadro, depois de mais uma passeata, o jornal *O Globo* publicou um editorial afirmando que só queríamos agitar, e, não, resolver os problemas do ensino. Começava uma nova campanha para o nosso isolamento. Daí, decidimos inovar, e aprovamos a realização de duas manifestações importantes: a primeira, a decisão de tentar ocupar o prédio do MEC, mostrando que queríamos, de fato, discutir as questões do ensino brasileiro; a segunda, um cerco ao Conselho Universitário da Universidade do Brasil (hoje UFRJ), obrigando os professores-membros a discutir conosco as questões do ensino universitário.

Na quarta-feira, 19 de junho, tentamos ocupar o MEC. Fomos violentamente reprimidos. Mas erguemos barricadas na Avenida Rio Branco e enfrentamos a polícia em luta aberta, ao invés vez de fugir. Quem fugiu, dessa vez, foi a polícia. Tomamos conta do Centro do Rio, até que alguém ateou fogo a um carro do Exército, e a PE chegou. Aí nos retiramos, porém, com o sentimento de uma grande vitória. Para nós, ficara demonstrado que o governo não queria dialogar e que poderíamos enfrentar a polícia. Uma vitória diante da opinião pública e outra, para nós mesmos.

No dia seguinte, quinta-feira, ocupamos as salas da Reitoria, onde se reunia o Conselho Universitário. Forçamos os professores a debater conosco os principais temas universitários. Um grande sucesso. Mas a polícia cercara o prédio e, apesar dos esforços do reitor Clementino Fraga Filho, não nos deixava sair. Queria que saíssemos tarde da noite. Escaldados pelo massacre da Praia Vermelha de 1966, decidimos sair "na marra". A repressão foi pesada, uma minoria expressiva de estudantes foi presa, espancada e humilhada pelas tropas da PM.

Na sexta-feira, 21 de junho, às 8 horas, começávamos uma passeata na Praça Tiradentes. Cercados, no dia anterior, já tínhamos decidido fazer essa manifestação, inédita pelo local e pela hora, já que sempre estávamos perto da Rio Branco e pelo fim da tarde. Ainda hoje, lembro-me do entusiasmo de todos nós e dos aplausos calorosos da população do Rio, que sempre nos animara, e que, indignada com a repressão da véspera, nos apoiava mais ainda. A manifestação terminou em uma verdadeira conflagração no Centro da cidade, recordada como a "Sexta-feira Sangrenta", que se prolongou noite adentro.

Nesse cenário, foi que convocamos a Passeata dos 100 Mil. Na mesma noite de sexta-feira, reunimo-nos e decidimos pela convocação. Encontramos resistência de alguns; mas a grande maioria se pronunciou pela manifestação que, sabíamos, seria expressiva e dura. No sábado pela manhã, os estudantes já subiam em ônibus anunciando a manifestação, pedindo apoio, com ampla simpatia da população. Tiramos um panfleto duro, convocando a passeata. Reunimo-nos com outros setores da comunidade, pedindo apoio.

O governo se viu em um impasse. O quadro apontava para a presença direta do Exército nas ruas. Afinal, decidiu-se por permitir a passeata, permissão expressa na televisão pelo governador Negrão de Lima, que, ao mesmo tempo, decretou ponto facultativo, para esvaziar a passeata. Não adiantou. Lá estava uma verdadeira multidão, não só de estudantes, mas também de todos os setores da população, embora com predominância acentuada da classe média.

Cheguei à Cinelândia de terno e gravata, fora do meu habitual. Estivera escondido, porque a ditadura anunciara uma grande perseguição à minha pessoa, como se o movimento dependesse de mim. Na verdade, tínhamos entidades estudantis poderosas, centenas de bons organizadores e uma dezena de belos líderes de massa. Lá estavam Franklin Martins, Marcos Medeiros, Carlos Alberto Muniz. Estaria

também o Jean Marc, se não estivesse na cadeia. E estava lá o Elinor Brito, grande liderança dos comensais do Calabouço, o restaurante estudantil, cujos estudantes estiveram também na vanguarda das lutas daquela época, e que tiveram como mártir Édson Luiz. O velório do líder já reunira, naquele mesmo local, dezenas de milhares de pessoas, em março de 1968.

Sem a fotografia de Evandro Teixeira, olho com os olhos da memória. Lembro-me de padres e freiras. De sindicalistas. De políticos. Lá estava Marcelo Alencar, senador e advogado, representando os políticos na Comissão Popular que se formava. Lá estava Thereza Cesário Alvim, bela jornalista que nos dava grande apoio. Lá estava Irene Pappi, representando as mães; José Américo, os professores; Hélio Pelegrino, os intelectuais. Lá estava, evidentemente, a diretoria da UME: o Franklin, já citado, o meu hoje velho amigo Cid Benjamin, o Belvedere, a Clênia.

Lá estava minha mulher, Ana Maria. E, eu não sabia, me disseram depois, lá estava dona Gaby, minha mãe, tão conservadora e tão mãe.

Lá estavam tantos, que, dos nomes, eu me lembro e não me lembro, mas cujas faces, por vezes, me atravessam a visão, os traços de alegria e entusiasmo, e uma bela e demasiada esperança. ■

